

— Para elaboração de material há vários problemas:

- . Capacidade do município.
- . Capacidade nossa.
- . Interferência do Central que faz uma análise unicamente acadêmica.
- . Às vezes se recebe do município um material não satisfatório (ex: município de Itambê/Centro Josué de Castro em PE). Manda-se ao Central para ter um parecer que reforce as objeções mas o aspecto "político" supera o técnico e o material é aprovado pelo Central.

— Proposta: usar o material do PEI.

— São chegou 50% do material.

— A assinatura do convênio implica um compromisso com as prefeituras (Verificado em vários estados):

— ocorre invasões de alunos em vários estados.

— Início 3ª etapa (provisão): de Agosto ao final 87.

— Pedidos de cooperação técnica - (EDUCAR Central).

— A COORD deve avaliar primeiro:

- . a necessidade (especificar para quem, com precisão) a partir de um estudo e análise.

- . as condições (possibilidade da COORD parar, local, etc..)

— Possibilidade também de consultoria a nível local.

— Proposta de avaliações. Faltam as bases deste canal. Não se sabe como trabalhar, que pontos trabalhar.

- Necessidade da gente ultrapassar uma avaliação que vise apenas a tomada de medidas imediatas. Necessidade de uma avaliação da nossa prática com relações a referenciais mais globais a que serve exatamente nossa prática? Como se dá ela? quais são os mecanismos? Estes favorecem realmente os nossos objetivos (os objetivos declarados nos documentos)?

Contribuições de técnicos, em Brasília, 6/9/86.

PROJETOS

- Evitar termos de re-ratificações. Os prefeitos não entendem.
- Necessidade da prestação de contas para liberação das parcelas — (prejudica).
- BA — Instrumental para liberação de parcelas.
- Normalmente, o projeto deveria chegar antes do convênio para ser analisado. Devido a pressões políticas (conveniar) está ocorrendo o contrário.
- Problema da carga horária mínima/máxima do PEB — definir claramente a autonomia das COORD para aprovações de convênios que ultrapassam esses limites.
- A máquina (computador) não se adapta à diversidade das situações. Precisa estar a serviço das propostas e não o oposto.
- A 1ª etapa termina em dezembro. A previsão é iniciar a 2ª etapa em fevereiro. Se o material chegar na 2ª quinzena de março estará em campo em abril. Como vai ser isto?
- Seria o caso de utilizar o material do PEI? outro? avaliar se efetivamente a 1ª etapa foi vencida.
- Cada estado é um caso. O problema sério é que este intervalo não vai ser coberto financeiramente.
- O material não é o programa. É apenas um instrumento.
- Mas o professor só inicia com material.
- PA tem material complementar mas até agora a verba não chegou para custeio — Problema da burocracia que atrapalha.